

# A GEOGRAFIA E OS “TERRITÓRIOS DE MEMÓRIA” (AS REPRESENTAÇÕES DE MEMÓRIA DO TERRITÓRIO)<sup>1</sup>

Luiz Carlos Flávio<sup>2</sup>

**RESUMO:** A produção territorial, a qual envolve as dinâmicas materiais substantivadas no presente, também contempla a elaboração de representações, imagens e visões acerca do passado, cujo acervo de experiências, amparado na memória, é aspecto fundante do fomento das produções atuais. Este trabalho aborda a participação da memória como construção social na produção territorial. Ou, mais especificamente, a atuação de imagens de memórias coletivas como trabalho social de “esculpir o tempo”, onde a História é enquadrada a partir das representações dominantes, em que a história dos vencedores é tida como a “História” de todos. Problematicamos o fato de que muitas memórias pertencentes à história de grupos marginalizados ou excluídos são banidas do acervo de representações socialmente válidas. Nossa análise busca escavar os “territórios de memória”, ou seja, perscrutar os mecanismos de uso social da memória como instrumento que alimenta e legitima os processos de dominação social voltados aos controles e apropriações territoriais.

**PALAVRAS-CHAVE:** geografia, território, memória, territórios de memória.

THE GEOGRAPHY AND THE “TERRITORIES MEMORY”  
(THE REPRESENTATIONS OF MEMORY OF TERRITORY)

**Abstract:** The territorial construction, which evolve the outstanding material dynamics in the present, also considers the production of representations, images about the past, which the acquis of backgrounds, sustained in the memory of is the builder aspect of instigation of current productions. This work is related to the memory participation as a social builder in the territorial construction. It means, more specifically, the action of collective images as social work of “sculpturing the time” where the History is framed from the dominant

---

<sup>1</sup> O presente trabalho apresenta reflexões por nós efetivadas no doutoramento realizado entre os anos de 2007 e 2011 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, campus de Presidente Prudente-SP. Uma versão preliminar do mesmo foi apresentada sob o título “Escavando os ‘territórios de memória’” no “IV Seminário Estadual de Estudos Territoriais e II Seminário Nacional sobre múltiplas territorialidades: Novos horizontes na geografia: perspectivas de território e de territorialidade”, realizado entre os dias 27 e 30 de maio de 2009, na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão.

<sup>2</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho em 2011. Professor adjunto da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Francisco Beltrão. E-mail: lucaflavio@gmail.com.

representations, which the history of the winners is seen as the History of everyone. It is discussed the fact that many memories belonged to the marginalized groups are banned from the acquisition of the representations socially valid. Our analysis aims to dig into the “territories memory”, it means, searching the mechanism of social use of memory as instruments that feed and legitimate the processes of social domination oriented to the controls and territorial appropriation.

**KEY-WORDS:**geography, territory, memory,territories memory.

Na história há diversos tempos  
e relatos acerca dos fatos  
e dos espaços ocupados,  
tomados, grilados,  
apropriados pelos povos.  
Uns, os tempos dominantes,  
são muito lembrados,  
contam contos  
que dão honras e pontos  
aos conquistadores.  
Outros são tempos  
de povos resilientes e dominados.  
Geralmente estes são esquecidos, enterrados,  
Mas, ainda assim,  
os feitos e falas dos povos abafados  
teimam em permanecer sob formas vivas:  
afloram mediante os cotidianos resgates  
de *contações*, relatos, narrativas pequenas  
que, mesmo em forma de cacos,  
insistem em não sumir das coletivas cenas.  
Estes tempos, portanto,  
comportam eventos de povos esquecidos  
não lembrados ou mal contados.  
Se os primeiros tempos,  
os das gentes celebradas, vangloriadas  
nos anais das memórias oficiais  
são reiteradamente contemplados  
nas vertentes de histórias oficiais,  
os segundos, dos povos da história banidos  
apenas são recobrados  
(re)lembrados, (re)tomados, registrados  
mediante relatos resistentes  
colhidos de fragmentos banais,  
furos de rádio, tv, jornais  
e sobretudo de fatos  
oriundos de cotidianos relatos orais,

já que os anais dos grupos hegemônicos  
insistem em dar como história  
apenas as memórias dominantes  
das classes sociais louvadas, celebradas  
porque politicamente triunfantes.<sup>3</sup>

(Luiz Carlos Flávio)

## 1. INTRODUÇÃO

A produção territorial é normalmente pensada como produção material. Contudo, os processos de produção dos territórios e territorialidades comportam necessariamente em suas manifestações elementos puros de aspectos e conteúdos imateriais.

As atividades humanas se caracterizam por processos relacionados às produções, circulações, distribuições e consumos de objetos, homens, trabalho, capitais, rendas, técnicas e tecnologias. Tais processos são necessariamente mediados por apropriações de solos, riquezas, matérias-primas etc. tomados junto à denominada natureza primeira.

Todavia, todos os processos ligados às produções materiais efetivadas pelos homens necessariamente se encontram mediados pela elaboração (e também reprodução, circulação) de ideias, representações, imagens, interpretações, informações, simbologias, concepções que os homens elaboram no contexto das relações homens/natureza.

Assim, concomitantemente às produções materiais, os homens, grupos, classes sociais, firmas, instituições (como Estado, movimentos sociais, universidades, Ongs etc.) transmitem, disseminam, ensinam, corroboram imagens, representações que mediam, reforçam e legitimam as práticas e relações sociais que cotidianamente produzem as formas, conteúdos e movimentos do mundo.

Dentre as imagens, representações produzidas no âmbito do criar, pensar e fazer humanos se destacam aquelas construídas sobre o passado. Estas comportam elementos essenciais que se relacionam com o fazer materializado no tempo presente, ativando as produções/realizações que

---

<sup>3</sup> “Tempos da história”, poema inédito do autor.

então ocorrem, dando contornos e configurações aos diversos contextos geográficos.

Assim, é importante percebermos o potencial produtivo que acompanha as imagens/representações criadas, produzidas, *inventadas* sobre os lugares, já que discursos e imagens são construídos para convencer e legitimar ações e práticas de domínios territoriais ocorridas na História, desde tempos passados.

Explorando temática por nós abordada na pesquisa de doutoramento, nossa reflexão se propõe a debater a questão pertinente ao *enquadramento* das visões construídas sobre o tempo pretérito, transmitidas sob a forma de memórias coletivas. Indagaremos o atrelamento da memória à construção social das imagens sobre o passado.

Questionamos a questão de que a História pode ser apropriada a partir de discursos/representações de grupos sociais hegemônicos os quais buscam “vender” seus discursos para toda a sociedade, convencendo os segmentos sociais em geral de que as formas de produção do território aplicadas desde o passado foram “benéficas” para todos os homens/grupos que dela (sociedade) fazem parte.

Objetivamos, portanto, investigar os domínios de memória, de discursos sobre o passado que servem como instrumentos embaixadores de estratégias de controle do espaço via concretização e efetivação do poder. Ou seja, questionamos o *uso* das memórias socialmente produzidas com o fito de dominação de territórios por homens/grupos/classes sociais dominantes que buscam se apropriar das representações e imaginários elaborados sobre os espaços por eles apropriados.

Nossa hipótese de trabalho é de que a produção dos territórios, efetivadas no tempo presente, se utiliza frequentemente de imagens construídas acerca do passado as quais abrigam interesses de forças hegemônicas que atuam no espaço socialmente produzido, dele tirando proveito. Assim, interesses vinculados a determinadas forças sociais/ produtivas atuantes no passado podem apresentar continuidades no período atual. E, participando no presente das produções teóricas e culturais elaboradas sobre o passado, esforçam-se por ocultar os conflitos, contradições, tensionamentos e formas de dominações/explorações sociais

dados no processo de “tomada do território” por grupos específicos que se apropriaram de determinado espaço.

Uma vez que as forças dominantes têm interesse em “encobrir” os fatos, acontecimentos e processos históricos permeados de contradições e conflitos sociais, tentam ratificar versões da História que contribuem para o processo de legitimação da reprodução da dominação de uns grupos/ classes sobre outros no âmbito das relações capitalistas de produção que marcam as dinâmicas de apropriação do espaço geográfico.

Encarnada nas práticas de seus diversos atores, a modernização capitalista se demarca como força destruidora de memórias, operando assim em favor dos poderes hegemônicos que se buscam dominar a produção da História formatada a partir das representações sobre ela construídas.

Erigindo mitologias e ideologias que sustentam as relações de poder, as memórias dos grupos hegemônicos fitam impor suas imagens via *enquadramentos* das memórias dos grupos marginalizados ou excluídos. As memórias “oficiais” passam a serem vistas como sendo a *própria História válida para todos os grupos*.

Por outro lado, outra marca das produções territoriais no contexto capitalista, a qual permeia nossa discussão, refere-se ao encobrimento da história pertencente a segmentos integrantes da sociedade identificados com os diversos grupos excluídos.

Pois, diante da hegemonização da *História dominante*, os grupos/ classes sociais subalternizados têm suas imagens de memória soterradas, esquecidas, clandestinizadas ou até mesmo “proibidas” de serem dadas como parte da história.

Desse modo, viabiliza-se a formação, no âmbito das tramas sociais, do que denominaremos “territórios de memória”, caracterizados estes como reconstrução histórica que oculta relações de poder partícipes dos esquemas de apropriação do espaço geográfico.

Os rituais de constituição e formalização das memórias socialmente produzidas, em sua relação com as apropriações de territórios, instauram assim silêncios e esquecimentos de práticas: de coerções, de conflitos sociais, de controles das riquezas que são frutos dos domínios da natureza e do trabalho efetivados por determinados segmentos (capitalistas) e que

apontam para o soterramento das vozes e histórias sintetizadas nas memórias excluídas.

Nosso artigo objetiva, portanto, escavar os “territórios de memória”, evidenciando a necessidade de desenterrar as *verdades* escondidas sobre o passado, a partir de relações de poder em que representações tecidas por grupos hegemônicos tentam impor uma “dominação da visão sobre o pretérito” a fim de controlar o presente e o futuro dos homens e de suas produções.

## 2. TERRITÓRIO E MEMÓRIA: CONSTRUCTOS SOCIAIS

Tempo e espaço são construídos a partir das representações que guiam os conhecimentos e ações dos sujeitos históricos. Essa é uma das assertivas fundamentais já presentes em Schopenhauer (2004). Ainda no século XIX, este autor enfatizava a necessidade da reflexão acerca do fato de que os universos humanos (os espaços/tempos dos homens) são tecidos à base de vontade e representação que eles produzem para orientar suas ações/produções.

Em nossos dias, também o geógrafo Antonio Carlos Robert Moraes (2002, p. 16) insiste em ensinar que a humanização do planeta, de suas diversas formas e padrões espaciais *envolve necessariamente uma apropriação intelectual, mental. Exige* uma valorização e criação de concepções objetivas e subjetivas do espaço. Na acepção abraçada pelo autor, o espaço é sempre produzido e tomado/apropriado envolvendo “[...] todo o complexo universo da cultura, da política e das ideologias”.

Assim, a produção do território é tanto uma ação material quanto imaterial. Matéria e ideia se tornam par inextricável no processo histórico, formando uma totalidade multidimensional e multiescar, nos termos de Saquet (2007).

As representações, informações e imaginações são elementos que participam dos processos, estratégias e objetivações que permitem pensar e plasmar o território. O pensamento sobre o território impregna-se de sentidos e significados que dão passagem à apropriação da natureza, à

produção de relações, coisas e significados a seu respeito engendrados, a partir do trabalho realizado pelos homens (RAFFESTIN, 2009).

Na construção do espaço humano, há, portanto uma criação ativa de campos sociais mobilizados por disputas, tensionamentos e negociações entre homens/grupos/classes sociais nos quais dimensões como propriedade, capital e trabalho são vivificados pela presença dinâmica de *elementos psicossociais* que perpassam a existência humana.

Todos os processos de des-re-territorialização são tanto físicos quanto mentais, espirituais (DELEUZE, GUATTARI, 1992). Mesmo as reminiscências, lembranças, memórias se territorializam, desterritorializam e reterritorializam, face aos desenraizamentos e metamorfoses socioespaciais experimentados pelos grupos humanos.

A construção das representações relacionadas ao tempo/espaço, mobilizada por pessoas e grupos sociais, envolve processos de *des-re-territorialização de imagens produzidas a respeito das ações humanas* voltadas às disputas territoriais.

O mesmo ocorre à concepção de memória engendrada, estimulada, instituída pelos grupos/classes sociais: têm relação necessariamente intrínseca com a produção dos territórios.

Assim, assumimos como ponto fundamental de nossa exposição que os processos de memória, enquanto imagens formadas, reproduzidas a respeito do passado, (*inventadas*, qual afere Hobsbawn - 1984) são fundamentais para discutir a efetiva criação/manutenção/reprodução do território.

Afinal, os processos criadores de memórias coletivas são resultantes de um *trabalho do espírito* o qual media os modos de agir, pensar, perceber dos homens. O trabalho de construção da memória é trabalho que serve às estratégias incorporadas pelas práticas, conflitos e tensões que marcam as relações sociais produtoras de territórios e territorialidades sociais.

Na medida em que informam os códigos de vivência, oferecendo orientações de valor (construídos no e acerca do tempo social) os processos de representações/memórias do passado marcam e definem as fronteiras (des-re-)construídas pelos grupos e classes sociais, em seus movimentos de territorialização da economia, da política e da cultura, isto é, da vida,

dos movimentos dos homens, do capital, dos lucros, das coisas e símbolos a eles dirigidos.

Para Arendt (1997, p. 214) a *gestão* do presente busca fundamentos em atos e eventos do passado. Esta pensadora frisa o emblemático pensamento de Faulkner, segundo o qual “o passado nunca está morto, ele nem mesmo é passado”, já que as relações que o teceram podem ainda se fazerem partes orgânicas da produção do tempo presente.

Na apropriação do espaço, o homem é obrigado a se inserir no *campo de batalha* das forças do tempo, as quais envolvem necessariamente as interpretações a seu respeito produzidas.

Daí que as continuidades e descontinuidades em relação aos domínios do tempo ocorrem enquanto “conquista” de território, onde cada nova geração deve de algum modo se inserir no passado, dele extraindo forças/formas/conteúdos materiais e imateriais a serem utilizados para pavimentar o pensar/fazer/tecer/inventar o futuro.

Nestes termos, o passado, como o presente e o futuro, deve ser a cada momento necessariamente redescoberto, *reinventado*...

Para Berger e Luckmann (2004) as percepções e imaginações participam da estrutura geral da consciência humana. Igualmente, consideramos a memória aspecto fundante da consciência humana e da mobilização que esta dá às realizações instadas pelo pensar/fazer humano.

Ademais, a memória deve ser entendida como fruto de realizações relacionais. Pois, embasada no acervo social de saber (tradições orais, ensinamentos efetivados no âmbito da família, escola, igreja, mídia, etc.), ela é sempre consciência de algo (produção, realização, fenômeno social etc.) transcorrido, realizado no passado.

A produção da memória abriga em si a necessidade de objetos de referência os quais amiúde permitem cimentar, substantivar e dar vazão aos sentidos e significados que coordenaram (no passado) e eventualmente continuam a coordenar (no presente) as produções, vivências, apropriações socioespaciais.

É certo, portanto, que os sentidos da existência e da ação humana, socialmente elaborados e que fundamentam a (re)produção da História, pagam tributos ao passado. Não há processos territoriais que não sejam



englobados em formas de “captura” dos sentidos, que chegam até nós, e que não se refiram aos modos de pensar e fazer (práticas sociais) ligados a eras pretéritas.

Assim, é do passado que, de algum modo, são emprestados os sentidos que cimentam e dão consistência à instituição das ações e feitos do presente e do futuro. Em feliz assertiva, assevera Raffestin (2009, p. 31) que:

Na produção territorial sempre tem um ponto de partida que nunca é ileso das ações do passado. O processo territorial desenvolve-se no tempo, partindo sempre de uma forma precedente, de outro estado de natureza ou de outro tipo de território. Deus partiu do Caos, isso não pode acontecer com os homens, mesmo se tivessem a sensação que os seus predecessores fossem ‘caóticos’.

As lutas, feitos e disputas que ocorrem nos territórios se oferecem como “matéria-prima” para as representações. A partir das imagens a seu respeito edificadas, produzem-se interpretações e linguagens simbólicas que atuam nas lutas territoriais em curso no presente.

Podemos conceber a memória, portanto, como elemento fundamental que é condição para a realização do território. Elemento cuja construção assume a forma de tempo socialmente esculpido, como diria Tarkovski (1998).

A partir de tais balizamentos, podemos avançar mais nesta questão amparando-nos na concepção traçada por Bosi (1997). Para esta autora, a memória não pode ser vista como mera conservação do passado. Antes disso, deve ser considerada como *trabalho sobre esta matéria-prima, que é o passado*. A memória é, então, *re-construção* do passado, e não apenas sua conservação.

Se a memória é trabalho, re-construção, poderíamos perguntar: mas é trabalho de quem? Em favor de quem? Contra quem? Em resumo, podemos indagar com Ricoeur (2000): de quem podemos dizer que é a memória?

Berger e Luckmann (2004, p. 15-19) compreendem que o contexto social demanda a “formação de reservatórios históricos de sentido e de instituições” de experiências e de ações. Estes “reservatórios históricos de sentido” (que se materializam em construções, linguagens, sinais, gestos, etc.) são instituições determinadas em grande parte “pelas relações sociais

dominantes”, as quais amiúde polarizam e supervisionam os campos e acervos de produção de sentido.

No que tange então às abordagens de memória acerca das relações que operaram na produção/apropriação do espaço geográfico, à medida que buscam instituir certas representações de determinados grupos como memórias dominantes, temos neste momento o estabelecimento de “territórios de memória” ligados à interpretação do passado/presente.

Assim, as interpretações efetivadas sobre o passado e que continuamente se refazem/reproduzem no presente, podem tanto elucidar como ocultar as relações tecidas desde o pretérito e que podem também governar os tempos/espacos presentes e futuros da existência humana.

### 3. OS “TERRITÓRIOS DE MEMÓRIA”: AS DISPUTAS DA MEMÓRIA E DA HISTÓRIA

Nora (1989; 2008) é um dos principais autores que, nas décadas seguintes à II Guerra Mundial, enfatiza o divórcio cada vez mais enfático entre memória e história ocorrida no contexto capitalista marcado pela acentuada aceleração histórica então em curso.

Para o autor, face aos processos produtivos mais e mais “devoradores” de espaços e objetos, as memórias coletivas (que necessitam de referenciais espaciais) têm sido cada vez mais apagadas, dissolvidas.

Dado o “desaparecimento” de referenciais que deem base ao exercício da memória, a fim de que esta seja constante e continuamente cultivada no âmbito social, tem sido vista como necessária a criação dos “lugares de memória”, espaços socialmente edificados (tais como museus, monumentos, etc.) voltados ao resgate e à lembrança do passado.

Todavia, uma das ideias centrais que pensamos ser fundamental debater refere-se ao fato de que os “lugares de memória” são edificados, *inventados*, balizados em concepções de grupos que disputam a construção de *imagens produzidas a respeito da História*.

A partir disso pensamos ser fundamental perceber que a instituição de “lugares de memória” deve ser considerada, muitas vezes, como sendo

também instituição de “territórios de memória”. Este conceito, que se distingue daquele outro denominado “lugares de memória” traz importantes implicações teóricas e práticas, como explanaremos na sequência.

Por um lado, qual asseveram Soares e Quinalha (2012), a concepção de “territórios de memória” é mais abrangente do que a de “lugares de memória”, já pelo fato de que esta última sugere uma visão mais estática do passado. Já a noção de “territórios de memória” permite-nos percebermos a questão de um *trabalho* empenhado em produzir uma memória a partir do crivo de relações de poder que agem no território. Permite-nos levarmos em conta as disputas e litígios envolvidos em sua produção e que tentam criar um sentido de direito, legitimidade e soberania de um povo/grupo sobre outros povos/grupos, garantindo a manutenção/reprodução de certa concepção mantenedora de determinada hierarquia social.

A concepção de “territórios de memória” que aqui assumimos, e que consideramos fundamental ser considerada nos estudos das geografias engendradas pelos povos, remete-nos à seguinte questão: as *imagens produzidas a respeito da História* são passíveis de imposições de visões construídas acerca do tempo pretérito. Nessa condição, podem escamotear/ocultar/soterrar dominações e controles espaciais efetivados em tempos passados e que, via de regra, os grupos/classes sociais, intentam reproduzir (dominações/controles) na arena das disputas territoriais efetivados no tempo presente.

Jacques Le Goff (1990) assevera que as classes sociais mais poderosas historicamente procuram instituir as memórias de que a sociedade como um todo vai se utilizar para balizar suas interpretações e práticas cotidianas.

Também em Michel Foucault os esquemas de divisão espacial se utilizam da instituição de relações de poder capazes de impor controles e gerenciamentos tanto do espaço quanto do tempo socialmente construído (JOSGRILBERG, 2005).

Uma das importantes lições do geógrafo Raffestin (1993) refere-se a ressaltar que os grupos sociais buscam instituir “trunfos” de poder voltados à subjugação dos elementos simbólicos (conhecimentos etc.) que alimentam os valores embutidos em suas práticas sociais de interpretação

do passado. O domínio das representações elaboradas sobre o tempo é parte dos disciplinamentos e regramentos (normas) erigidos como *tecnologias do poder*.

A organização que se faz do conhecimento do passado deve ser, a partir disso, questionada. Normalmente se considera que a História seria a ciência que nos apresenta “os fatos” ocorridos no passado. Entretanto, o debate amadurecido no âmbito das ciências sociais das últimas décadas tem mostrado que a História tem muitas vezes servido como “técnica do príncipe” (JOSGRILBERG, 2005, p. 66).

Ou seja, a História tem sido disputada como instrumento da dominação de classes. Na modernidade, tal dominação se encontra via de regra vinculada ao empreendimento capitalista, em cujo contexto as empresas/grupos/poderes hegemônicos empreendem mecanismos voltados ao controle do Estado e das políticas territoriais em seu bojo definidas, tanto quanto dos pensamentos formadores de opiniões dos trabalhadores.

Assim, as interpretações do passado têm se materializado como estratégias de organização dos acontecimentos e fatos a partir do crivo e da abordagem orientada pelos interesses dos grupos/classes dominantes no sistema que busca dar base à ampliação da dominação capitalista sobre o território. O “controle da história” garante aos segmentos hegemônicos a construção e disseminação de suas representações, possibilitando-lhes, por conseguinte, também o controle do espaço geográfico.

Afinal, afirma Ricoeur (2000, p. 171), “A história é, de ponta a ponta, escritura”. E inteiramos com Josgrilberg (2005) que ela se instaura, em sua essência, como representação, possivelmente abrigando *elementos de ficção*.

Todavia, diante desta encruzilhada teórica, é de bom alvitre e mesmo necessário estabelecermos uma distinção fundamental entre história e memória.

A História, como mostra Nora (1989, p. 09) coloca-se como responsável por nos trazer à luz o tempo em seus aspectos de continuidade presentes nas durações dos eventos. Ela é interpretação que tem a pretensão de ser “autoridade universal”, isto é, válida para todos.

Já a memória se caracteriza como manifestação, tanto individual quanto coletiva, que porta em si lembranças específicas de pessoas ou

grupos a respeito de fatos e eventos. Ela é elemento afetivo: guarda o que interessa às pessoas e grupos em particular.

A memória significa, então, movimentos de *despedaçamento* da história. Despedaçamento que lhe garante a marca da diversidade fenomênica, ligada às variadas práticas sociais, em suas realizações, conteúdos e significados espacialmente e temporalmente dados.

Nora (1989) mostra que, a partir da consolidação do Estado moderno, a par das cristalizações territoriais, há um movimento de unificação da memória no interior dos estados. A História assume, então, a conotação de interpretação que reúne os fatos, apresentando-os como unidade de acontecimentos do passado. Eis um grande problema no que tange ao controle da memória (em seus aspectos de diversidade), de vez que ela pode assim ser alterada, manipulada.

A história, quando manipulada, serve a determinada ordem, torna-se ideologia. Ou seja, ela *institui memórias parciais como memória de todos* (cidade, Estado, Nação). Serve à dominação de uma classe social sobre outras. Busca, em última instância, legitimar, justificar ordens e poderes vigentes, instituindo relações de obediência, resignação e aceitação diante de dominações, controles e apropriações do espaço social.

Quando isto ocorre, a memória histórica não é outra coisa senão *história autorizada, oficial, celebrada, publicada, ensinada, forçada*, que tenta validar interpretações de grupos os quais fitam, com efeito, fundar uma identidade em comum a partir de valores espelhados em seus desígnios ou interesses particulares (RICOEUR, 2000).

Neste caso, as relações de poder são as componentes mediadoras que autorizam (ou proíbem) a se falar do passado, definindo o que se deve, o que se pode a respeito dele (pretérito) falar (JOSGRILBERG, 2005).

Entretanto, a História é composta de diversos grupos que constroem suas memórias elaboradas pelas pessoas em suas experiências de vivências coletivas, vincadas em contatos pertinentes à família, grupos de amigos, igrejas, associações, sindicatos etc., tal qual ensinam Halbwachs (1990) e Bosi (1987).

Com efeito, à medida que determinadas memórias de um grupo ou grupos específicos se colocam como “a memória” de todos, a História se

torna uma “história manipulada”. A “história manipulada” seleciona as memórias as quais serão permitidas *publicar*, como mencionamos, e que, sendo dadas como verdadeiras, são repassadas para serem “oficialmente” compartilhadas (pela televisão, rádio, jornais, escola, igreja etc.) com as pessoas, tornando-se “versões oficiais” da história a serem replicadas nas práticas cotidianas.

Nora (1989) analisa que há, nesse caso, uma atomização e fragmentação da memória social. Ela se torna assim *algo privado*, por repassar representações de grupos que representam parte da sociedade como sendo algo universal.

Com efeito, a veneração de fatos parciais do passado (os quais passam a ser oficialmente *co-memorados*) representa a veneração de grupos específicos, os quais lograram estabelecer uma *hegemonia de memória*. E a História oficial, que passa a ser “a” História, é a história dos vencedores (CHAUÍ, 1987; RICOEUR, 2000).

Ao passo em que a “história privatizada” impõe seus *controles particulares*, Ricoeur (2000) mostra que há um “uso” e “abuso” da memória pelos grupos dominantes. O que contribui para instaurar o que denomina “império do esquecimento”.

O termo “império do esquecimento” alude à questão de que há orientações sociais que, se por um lado instituem referências ao que deve ser lembrado, por outro aponta para a existência de memórias “proibidas” de serem lembradas.

Assim, muitas memórias coletivas são deixadas na clandestinidade, nos subterrâneos da existência, sendo marginalizadas, silenciadas. São lembranças relegadas ao soterramento, ameaçadas de permanecer no ostracismo pela presença dominante das memórias oficialmente celebradas, *co-memoradas*.

Este jogo de forças ganha mais expressão no contexto capitalista. A sociedade capitalista é *locus* privilegiado de imposições que patrocinam a destruição da memória. Muitos objetos que poderiam servir como apoios de memórias de escravações (como registros de maus tratos a índios, negros, mulheres, idosos, homossexuais, determinados segmentos étnicos, de trabalhadores etc.) são destruídos.

Prédios e outros objetos considerados *testemunhas materiais* que deixam entrever feridas representadas por situações desumanas (a exemplo do presídio denominado “Carandiru”, que existia na cidade de São Paulo; ou mesmo de favelas e ocupações ou assentamentos humanos destituídos de qualquer dignidade), e que são reconhecidos como marcos de burla dos direitos humanos, são muitas vezes demolidos, recanteados ou escondidos do conhecimento geral com o fito de não deixarem entrever opressões/repressões/dominações/explorações vergonhosas recorrentes de imposições exercidos por homens/grupos sociais sobre outros.

Embora escamoteadas, tais realidades ocultas participam das segregações e/ou impedimentos de acesso de populações/grupos/classes sociais (em geral identificadas com os pobres) a determinados direitos e espaços pertinentes às cidades e campos nos quais se inscrevem as *geografias dos povos*.

Dentre outros exemplos existentes na atualidade, sabemos ser recorrente, no âmbito de políticas de “planejamento urbano”, o uso da edificação de muros com o fim de esconder favelas ou “proibir” que seus moradores tenham passagem para determinados espaços das cidades. Ou mesmo a construção de parques/distritos industriais ou outras imponentes edificações com o intuito de escamotear/tampar/esconder/ocultar, com o fim sorrateiro de não deixar ver bairros/favelas carentes de infraestruturas urbanas as mais primárias possíveis.

Enfim, muitas das testemunhas que poderiam interpor “depoimentos” contra os sistemas, estruturas e mecanismos de exploração ou que impõem condições de vida degradantes/ desumanas a muitas populações têm sido solapados da memória social. Ou sua existência tem sido ocultada à visão pública.

Assim, a racionalidade capitalista imprime vorazmente metamorfoses que acoçam as paisagens dos campos e cidades, cujas transformações também *roubam* as lembranças das pessoas e grupos sociais. Todavia, muitos processos de desterritorialização, traduzidos nas mobilidades populacionais, deslocamentos forçados por “renovações espaciais” etc. testemunham o costumeiro aniquilamento, soterramento ou esgarçamento dos apoios das memórias coletivas.

Martins (1992) sugere que, amparada em mecanismos como estes por nós mencionados, a sociedade do capital escamoteia, simula, esconde as situações de exploração do capital sobre o trabalho. Há um “ocultamento do trabalho” pela História. Moradias de má qualidade, por exemplo, são espacialmente apartadas e encobertas; carências de infraestruturas e feiúras vinculadas à pobreza e outros aspectos do contexto social experimentam também o soterramento de sua existência.

Em função disso, Martins (1992) lembra que a História tem sido escrita do centro para a periferia. E, por tal motivo, esta (periferia) muitas vezes desaparece ou raramente comparece nos registros oficiais da história/memória, no Brasil.

A esse respeito, se quisermos resgatar o lúcido pensamento de Marx (s/d) podemos asseverar que há movimentos e tensões que visam à eliminação da história, pois *eliminar a análise da luta e dos elementos contraditórios, os antagonismos de classes, de visões etc. é eliminar a própria história.*

#### 4. ESCAVANDO OS “TERRITÓRIOS DE MEMÓRIA” NA GEOGRAFIA DOS HOMENS

A história não se compõe, entretanto, somente de dominação. Ela é essencialmente luta e conflitos também pela busca de liberdade. A despeito das imposições de memória feitas pelas classes hegemônicas às classes ou segmentos marginalizados, Pollak (1989) nos lembra que a história se alimenta de *disputas de memória* realizadas pelos grupos que compõem o todo social.

Para CASTORIADIS (1987) a *psique* social nunca é inteiramente domável; a sociedade nunca é inteiramente heterônima. Indivíduos, tanto quanto coletividades detêm a capacidade de fazer emergir, a qualquer momento, “o imaginário radical instituinte” o qual se responsabiliza pela busca incansável da autonomia.

A subjetividade, imbuída de pensamento e vontade, é instância reflexiva e deliberante, capaz de projeto histórico, alteração daquilo que



foi instituído. Ou seja, a sociedade é algo instituído, mas também instituinte.

A questão territorial, no que explicita de relações de dominação e rebeldia, disciplinarização e atitudes de *contrapoderes*, traduz-se por toda essa dinâmica social, pois o território é arena de disputas de poder.

Para Pollak (1989), se as classes dominantes tentam impor suas visões a segmentos da sociedade, elas até conseguem alcançar seu fito em determinados momentos. Mas não para sempre, e muito menos de modo integral.

As memórias coletivas dos grupos “dominados”, sendo muitas (tantas há, quantos grupos houver), entram em embate com as memórias oficiais. E muitas vezes fatos ocultos/esquecidos são resgatados dos subterrâneos trazendo à luz o que se conservava em trevas, como fenômeno desconhecido.

Os silêncios têm sido imprevisivelmente rompidos, na História. As práticas de populações oprimidas pela guerra ou regimes ditatoriais e incontáveis outros contextos onde se buscam impor representações oferecem bons exemplos disso. Na primeira oportunidade, as pessoas subalternizadas externalizam suas experiências, conhecimentos, sonhos e desejos reprimidos por regimes e situações de opressão. Assim, buscam fugir das peias que tentam mantê-las presas a restrições ou proibições.

Como pensa Hegel, o homem se identifica como ser que tem sede de compreender o acontecido, de se reconciliar com a realidade de que faz parte. E isso significa desocultar o que está dissimulado (ARENDETT, 1997).

Diante do exposto, no que se refere aos estudos territoriais, pensamos que cabe à geografia produzir conhecimentos capazes de escavar os “territórios de memória”.

Para Thompson (1992, p. 197) a ciência pode exercer um papel fundamental em *escavar as verdades ocultas*. Isso requer ter como pressuposto a postura de incessante questionamento das verdades ventiladas pela História. Tal atitude se faz profícua para identificar os componentes ideológicos que indiquem “realidades escondidas, invisíveis” no bojo das práticas sociais que devem ser trazidas à luz pela teoria geográfica.

As relações humanas envolvem conflitos, controles e dominações. Estes fatos soem apresentar marcas (materiais ou simbólicas) que assumem

feições territoriais. Embora residuais ou fragmentárias, estas marcas deixadas em pessoas, coisas, escritas, paisagens, relações de propriedade etc., são amiúde importantes testemunhas que possibilitam investigar e trazer à luz as relações omitidas: marginalizações sociais, exclusões, desequilíbrios ecológicos e destruições ambientais, opressões ligadas ao trabalho, os quais indicam práticas e poderes em suas formas e territorialidades concretas.

Escavar os “*territórios de memória*” pode ser uma forma de contribuir para humanizar as práticas políticas que demarcam as forças, campos e lutas no contexto social. Pode ser um contributo para inaugurar contrapoderes, denunciar injustiças, revelar meios de romper o *status quo*, cuja presença interfere negativamente na humanização das relações entre os homens e grupos, e destes em relação aos patrimônios histórico, cultural, ambiental etc.

Esta busca do desvendamento territorial pode contribuir para a construção de uma teoria crítica no cerne da ciência geográfica, à medida que intui edificar um conhecimento profundo, que vai às raízes das questões.

Escavar os “territórios de memória” é preciso, a fim de se construir caminhos interpretativos que tragam clareza e visão sobre as realidades encobertas ou dissimuladas. É atitude que busca decifrar os enigmas e fatos até então considerados “invisíveis”, mas que fazem parte da espacialidade humanamente engendrada.

Creemos que tal “escavação” dos *territórios de memória* pode se acenar como orientação teórica importante para a criação de autonomia e liberdade no seio da sociedade.

Assim, comungamos das ideias de Castoriadis (1987-1988) para quem a construção de bases para a autonomia e a liberdade impõe a necessidade de buscarmos restaurar a própria História, cuja releitura pode bem nos ajudar a tecer profícua abordagem dos nós e redes que alimentam relações e poderes que engendram as tramas territoriais.

## 5. REFERÊNCIAS

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

- ARENDDT, Hanna. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspeciva, 1997.
- BERGER, Peter L, LUCKMANN, Thomas. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido**: a orientação do homem moderno. Rio de Janeiro, Editora Vozes, 2004.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A Queiroz, Edusp, 1987.
- CASTORIADIS, Cornelius. Poder, política, autonomia. In: **O mundo fragmentado**. As encruzilhadas do labirinto. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 121-150, 1987.
- \_\_\_\_\_ **Transformación social y creación cultural**. Madrid: Letra Internacional, Nº 8, 1987 1988, pp. 12-20.
- CHAUÍ, Marilena de S. Apresentação: os trabalhos da memória. In: BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. São Paulo: T. A Queiroz, Edusp, 1987.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. (Col. TRANS).
- JOSGRILBERG, Fabio B. **Cotidiano e invenção**: os espaços de Michel de Certeau. São Paulo: Escrituras, 2005.
- HOBSBAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In: HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições**. – Rio de Janeiro: Paz e Terra, pp. 9-23, 1984.
- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Editora da UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).
- MARTINS, José de Sousa. **Subúrbio**: vida cotidiana e História no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do império ao fim da República Velha. São Paulo, São Caetano do Sul: Hucitec, 1992.
- MARX, K. **A miséria da filosofia**: resposta à filosofia da miséria de Proudhon. Trad. Paulo Roberto Banhara. São Paulo: Escala, s/d. (Col. Grandes obras do pensamento universal, 77).
- MORAES, Antonio Carlos Robert. **Ideologias geográficas**: espaço, cultura e política no Brasil. 4ª. ed. São Paulo: Hucitec, Annablume, 2002. (Geografia: teoria e realidade, 15).
- NORA, Pierre. **Between memory and history**: les lieux de memoire. In: Representations, n. 21, Los Angeles: University of California Press, p. 7-24, 1989.
- \_\_\_\_\_ **Pierre Nora em les lieux de mémoire**. Montevideo: Trilce, 2008.
- POLLAK Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. In: Estudos Históricos,

142 A geografia e os “territórios de memória” (as representações de memória do território)

Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A produção das estruturas territoriais e sua representação. In: In: SAQUET, Marcos Aurélio, SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos, São Paulo: Expressão Popular, Unesp, 2009.

RICOEUR, Paul. **La mémoire, l'histoire, l'oubli**. Paris: Éditions du Seuil, 2000.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SHOPENHAUER, Arthur. **El mundo como voluntad y representación**. Madrid: Trotta, 2004.

SOARES, Inês V. P., QUINALHA, Renan O. Lugares de memória. In: **Dicionário de direitos humanos**, 2012. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Lugares%20de%20mem%C3%B3ria>. Acesso em: 09.02.2013.

TARKOVSKI. Andreaei Arsensevich. **Esculpir o tempo**. 2a.ed. São Paulo : Martins Fontes. 1998.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Recebido em 30/03/2013 - Aprovado em 15/06/2013